

Apresentação do Dossiê “Infância e Juventudes: direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais”

O dossiê “Infâncias e Juventudes: direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais” da Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, é fruto da parceria com o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), cuja delegação de execução foi compartilhada com a coordenação do Grupo Temático (GT) “Direitos, Infâncias e Juventudes”, no intuito de fomentar o debate crítico sobre a temática dos direitos das crianças e das juventudes.

Para tanto, buscou-se estruturar o dossiê a partir de uma diversidade de discussões acadêmicas que articulam aspectos ligados às análises hermenêuticas dos direitos das crianças e dos jovens, à atuação socioestatal para disputa, materialização e/ou precarização das normativas e das políticas públicas, assim como os diferentes focos de incidência da sociedade civil organizada e, sobretudo, dos movimentos sociais, na luta pela melhoria das condições de vida do público infanto-juvenil, sem descuidar do elementar papel de protagonismo social, que se coloca como um direito-desafio, desde a perspectiva da participação nos espaços de decisão, assim como de auto-organização política das crianças e dos jovens.

Por certo, a posição político-teórica de trabalhar infâncias e juventudes no plural evidencia o campo de questionamento à produção moderna – e colonial – que sedimentou a construção histórica dessas identidades geracionais e dos seus direitos, de modo a problematizar as diversidades e as desigualdades que perpassam os instrumentos político-jurídicos e as condições sociais de vida, direcionando a crítica às causas e aos fatores que impedem a real concretização de direitos e políticas públicas, mas também na reprodução social – e, por certo, normativa

e estatal – do adultocentrismo, do menorismo e de outras opressões sociais, que não se esgotam, ou são superadas, com a simples mudança de paradigmas jurídicos.

No núcleo da proposição, tem-se o desafio de diálogo de dois campos teóricos, acadêmicos e normativos, que nem sempre se colocam numa perspectiva de análise das semelhanças e das diferenças de seus objetos de estudo. O campo de estudo sobre as infâncias e as adolescências, de um lado, e o relativo às juventudes, de outro, se estruturam como dois lados da mesma moeda dos estudos geracionais, mas com trajetórias independentes de enfoques teóricos, metodológicos e práticos, ainda que as discussões, por vezes, se entrecruzem em trabalhos sobre determinados temas, como violência juvenil e protagonismo social.

Os autores e as autoras discutem aspectos relevantes e atuais de um ou de ambos os campos de produção do conhecimento, mas buscam fazer isto desde uma perspectiva de enriquecimento da análise jurídica em articulação com outros campos científicos, especialmente da Antropologia, da Demografia, da História, da Pedagogia e da Sociologia, de modo a ampliar o foco de apropriação interdisciplinar dos objetos de estudo e problematizar as condições de produção e de aplicação dos direitos das crianças e das juventudes.

Sem dúvida, as reflexões sobre a realidade brasileira são as que predominam no dossiê, com 13 artigos, cobrindo discussões e instituições de todas as regiões do País. No âmbito internacional, Argentina, Espanha e Peru também foram contemplados, com autores e autoras que ajudam a enriquecer o debate sobre as infâncias e as juventudes no âmbito da região iberoamericana.

Os primeiros dois artigos, de autorias de Andréa Szulc e de Breno Neno de Souza Cavalcante e Jane Felipe Beltrão, refletem sobre as implicações político-jurídicas da diversidade cultural das infâncias indígenas e das juventudes quilombolas. O terceiro artigo, escrito por Ana Maria D'Ávila Lopes e Rafaela Gomes Viana, discute a garantia da proteção dos direitos das crianças refugiadas no Brasil, via controle de convencionalidade relativo ao direito de refúgio.

Em seguida, os trabalhos de Assis da Costa Oliveira e André Filipe Pereira Reid Santos, e de Jaris Mujica analisam os impactos sociais que

empreendimentos econômicos provocam nas condições de vida de crianças e adolescentes, e quais as formas de incidência dos direitos humanos. O sexto artigo do dossiê, escrito por Flávia Moreira Guimarães Pessoa e Guilherme Guimarães Feliciano, debate a competência para autorização de trabalho artístico infanto-juvenil, especificamente da Justiça do Trabalho.

Posteriormente, os artigos de Antonia Picornell e de Mario Luiz Ramidoff problematizam as dificuldades e os modos de afirmação do paradigma da proteção integral, articulando os tratados internacionais de direitos humanos com as normativas nacionais.

Elda Bussinguer e Edilene Neves, em artigo convidado para compor o Dossiê, apresentam uma análise da dimensão demográfica da juventude brasileira e sua relação com as políticas públicas., considerando ser a juventude um fenômeno social complexo, que reflete as tensões, conflitos e contradições constitutivas da sociedade capitalista.

Depois, um grupo de trabalhos de autorias de Ana Christina Brito Lopes e Marcio Soares Berclaz, de Ilana Lemos de Paiva, Rayane de Andrade, Daniel Araújo Valença, de Isadora Dias Gomes e Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, de Daniele Nunes Henrique Silva e Alexandre de Albuquerque Mourão, de Ana Christina Brito Lopes e Márcio Soares Berclaz, e de Ana Paula Motta Costa e Dani Rudnick, têm, por fio condutor, diferentes abordagens da relação entre violências e direitos humanos, no questionamento das violações dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, na reconstrução das memórias da ditadura militar pelos “aparecidos políticos”, na identificação das barreiras institucionais para tratamento dos “maus tratos” sofridos por crianças e adolescentes, e na gestão institucional do sistema socioeducativo.

Na parte final do dossiê, têm-se os trabalhos de Mariana Barbosa de Souza, João Paulo Reis Costa e Virgínia Elisabeta Etges, e de Heloísa Fernanda da Silva Santos e Jaciara Josefa Gomes, discutem a educação do campo e o protagonismo juvenil desde suas compreensões como direitos humanos que exigem cumprimento por parte do Estado e da sociedade, ainda que careça de plena efetivação para os povos do campo e para o reconhecimento da capacidade ativa de participação social da juventude.

Assim, espera-se que os trabalhos do dossiê possam estimular a reflexão crítica e a ação sócio-acadêmica engajada na transformação das

condições atuais de materialização dos direitos humanos e das políticas públicas de crianças e jovens, estimulando, também, o adensamento do debate acadêmico e a democratização da produção e da comunicação dos conhecimentos sobre tais assuntos, especialmente com os interessados direto, é dizer, as crianças e os jovens.

Assis da Costa Oliveira

Universidade Federal do Pará (UFPA)

André Filipe Pereira Reid dos Santos

Faculdade de Direito de Vitória (FDV)